

Diploma: **CIVA** - **ARTIGO 14º** Nº 4, ALÍNEA F)

Assunto: EMBARCAÇÕES-CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO

Proc.1303 2004035 com despacho concordante do Director-Geral dos Impostos em 05/02/2005.

1. A exponente tem como actividade principal a construção e reparação de embarcações e questiona quanto à possibilidade da isenção prevista na alínea f) do nº 1 do artº 14º do CIVA, fase de construção de embarcações novas, propriedade do estaleiro, e afectas às actividades referidas na alínea d) e e) do citado artigo.
2. Nos termos da alínea f) do nº 1 do artº 14º do CIVA, são isentas as *"transmissões, transformações, manutenção, frete e aluguer de embarcações afectas às actividades a que se referem as alíneas d) e e) do artº 14º do CIVA"*, as embarcações que efectuem navegação marítima em alto mar, as que se destinem à pesca de águas profundas, as embarcações de salvamento, assistência marítima e pesca costeira.
3. As referidas isenções deverão ser comprovadas através de documentos apropriados, indicados no despacho, os quais irão ser dados, nos termos e condições previstas no nº 8 do artº 28º do CIVA.
4. No que se refere às aquisições de materiais ou serviços, destinados à construção de embarcações, entende-se que o entendimento destes Serviços que aquela operação não está abrangida por nenhum nomeadamente a alínea f) do nº 1 do artº 14º do CIVA, porquanto a mesma apenas se pode aplicar a operações efectuadas entre o transmitente, o reparador ou o locador e o adquirente do bem (embarcação), como aliás consta do teor do ofício-circulado nº 12834, de 86.05.16, que, esclarecendo o âmbito da referida isenção, refere expressamente que, naqueles casos, a declaração deve ser emitida pelo reparador e proprietário ou armador do objecto de reparação.
5. Deste modo, a tornar extensível aquele normativo de isenção às embarcações cujo destino se desconhece, violar o conteúdo da norma, uma vez que o que está em causa será o respectivo licenciamento das embarcações não exclusivamente a sua característica, nada impedindo que o mesmo tipo de embarcações possam ter destinos diferentes, e, consequentemente, tratamento fiscal diferente.
6. Assim sendo, no âmbito da construção de embarcações cujo destino se desconhece, caberá aos bens ou serviços, liquidar imposto aos construtores das mesmas, podendo estes exercer o direito de isenção, nos termos e condições previstas nos artºs 19º e 20º do CIVA.